

A MERCOAPRENDIZAGEM DAS EDTECHS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19

EL MERCADO-APRENDIZAJE DE EDTECHS EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA DESDE EL IMPACTO DE LA PANDEMIA DE COVID-19

THE LEARNING-MARKET OF EDTECHS IN BRAZILIAN EDUCATION FROM THE IMPACT OF THE PANDEMIC OF COVID-19

Alisson Slider do Nascimento DE PAULA¹
Stephanie Barros ARAÚJO²
Ciro Mesquita de OLIVEIRA³

RESUMO: O texto busca discutir os impactos da pandemia da Covid-19 no setor educacional considerando o aprofundamento da mercoaprendizagem. A educação remota surge como solução dos governos para reduzir as consequências da suspensão das aulas. A utilização desses recursos de modo centralizado expressa os interesses do mercado da aprendizagem, uma vez que a financeirização da educação é aprofundada a partir da compra de pacotes de empresas de *EdTechs* pelo setor público. Constata-se que setores empresariais vinculados a algumas esferas da educação, sobretudo da educação a distância por meio de venda de recursos tecnológicos e com atuação de *EdTechs* buscam efetivar a mercoaprendizagem de modo oportunista e sem considerar o futuro da educação pública estatal e dos estudantes das camadas populares.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19. Mercoaprendizagem. EdTech.

RESUMEN: El texto busca discutir los impactos de la pandemia Covid-19 en el sector educativo considerando la profundización del mercoaprendizaje. La educación a distancia surge como una solución de los gobiernos para reducir las consecuencias de la suspensión de clases. El uso de estos recursos de manera centralizada expresa los intereses del mercado del aprendizaje, ya que se profundiza la financiarización de la educación a través de la compra de paquetes a empresas *EdTechs* por parte del sector público. Parece que los sectores empresariales vinculados a algunos ámbitos de la educación, en especial la educación a distancia a través de la venta de recursos tecnológicos y con el trabajo de *EdTechs* buscan realizar merco-aprendizaje de manera oportunista y sin considerar el futuro de la educación pública estatal y los estudiantes de capas populares.

PALABRAS CLAVE: Covid-19. Merco-aprendizaje. EdTech.

ABSTRACT: The text seeks to discuss the impacts of the Covid-19 pandemic on the educational sector considering the deepening of learning-market. Remote education emerges as a solution by

¹ Centro Universitário Inta (UNINTA), Sobral – CE – Brasil. Professor do Departamento de Educação. Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista Produtividade em Pesquisa (FUNCAP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6356-3773>. E-mail: alisson.slider@yahoo.com

² Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza – CE – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9134-7557>. E-mail: stephaniebarros.araujo@gmail.com

³ Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza – CE – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2463-664X>. E-mail: ciro.mesquita16@gmail.com

governments to reduce the consequences of the suspension of classes. The use of these resources in a centralized way expresses the interests of the learning market, since the financialization of education is deepened by the purchase of packages from EdTechs companies by the public sector. It appears that business sectors linked to some spheres of education, especially distance education through the sale of technological resources and with the work of EdTechs seek to carry out learning-market in an opportunistic way and without considering the future of state public education and students from popular layers.

KEYWORDS: Covid-19. Learning-market. EdTech.

Introdução

A crise da Covid-19 expressa um cenário de natureza e escala sem precedentes no século XXI, no qual seus impactos são sentidos em todos os campos da vida. Assim, o setor educacional em escala global vem sendo afetado diretamente pela pandemia. Além disso, como a principal forma de obstaculizar a irradiação do vírus foi através do isolamento social, decorrendo no fechamento das instituições, muitas escolas e profissionais tiveram que encontrar estratégias que pudessem atender as demandas exigidas pela sociedade do capital. Se por um lado, a necessidade de garantir o currículo escolar é algo preocupante, o cessar das atividades por meio do *lockdown* em diversos países, na busca de garantir o bem mais precioso - a vida humana - é algo a se refletir e discutir. Até que ponto o sistema econômico está disposto a ceder? Malgrado esse cenário que implica grandes prejuízos pedagógicos na formação escolarizada dos estudantes, um outro aspecto emergiu diante de tudo isso, foi a ascensão da aprendizagem digital através do ensino remoto e o conseqüente protagonismo das empresas de tecnologias educacionais (EdTechs).

A reconfiguração dos processos de formação por meio dos pacotes tecnológicos durante o período pandêmico viabilizou novas formas de expansão privado-mercantil no interior da educação pública, com efeito, decorrendo no aprofundamento e consolidação de um mercado de aprendizagem que já existia, contudo, agora suplementado pelo panorama planetário da Covid-19 para aprofundar a mercoaprendizagem das EdTechs no sistema escolar público.

Com essas considerações em vista, o referido texto busca discutir os impactos da pandemia da Covid-19 no setor educacional considerando a ascensão e aprofundamento do mercado de aprendizagem. Portanto, a seção de abertura aborda o panorama global em que a Covid-19 surgiu e se irradiou, consolidando-se como pandemia e impactando os sistemas educacionais por todo o globo. A segunda seção analisa a lógica da globalização dos Estados nacionais e as relações entre o público e o privado que tornam factível a lógica de

privatizações exógenas ampliando o alcance da mercoaprendizagem. Na terceira seção, por seu turno, analisar-se-á os impactos da pandemia no setor educacional brasileiro dando ênfase na emergência do ensino remoto e consequente atuação de corporações de EdTechs no cenário nacional.

Os impactos da pandemia da Covid-19 no território global

O novo coronavírus é denominado de síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2) (VAN DOREMALEN *et al.*, 2020). Surgiu em Whuham, sétima maior cidade da China. A Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um alerta global sobre a doença em 31 de dezembro de 2019. A doença foi nomeada oficialmente pela OMS como COVID-19, em 11 de fevereiro. Em março, a organização definiu o surto da doença como pandemia. O coronavírus se trata de um vírus zoonótico, um RNA vírus de classificação Nidovirales, do grupo Coronaviridae. Este grupo gera infecções respiratórias, sendo isolado “pela primeira vez em 1937 e descritos como tal em 1965, em decorrência do seu perfil na microscopia parecendo uma coroa” (LIMA, 2020, p. 5). Em acréscimo, consoante o autor supracitado, os tipos de coronavírus conhecidos são: “alfa coronavírus HCoV-229E e alfa coronavírus HCoV-NL63, beta coronavírus HCoV-OC43 e beta coronavírus HCoV-HKU1”, SARS-CoV (causador da síndrome respiratória aguda grave ou SARS), MERS-CoV (causador da síndrome respiratória do Oriente Médio ou MERS).

A contaminação que se alastrou por todos os cantos do globo acarretou implicações em todos os setores econômicos. O alcance do contágio atingiu diretamente o setor econômico, implicando numa crise que expressa um padrão diferenciado quando comparada à crise de *subprime* em 2008, visto que não se restringe apenas a elementos puramente econômicos e financeiros. Nessas circunstâncias, os sistemas educacionais de diversos países foram impactados duramente. Uma das ações para contenção da pandemia da Covid-19, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), foi o fechamento temporariamente das instituições de ensino por parte da grande maioria dos governos. Essa ação de contenção impactou em mais de 70% da população estudantil global.

O fechamento das escolas de educação básica abalou a realidade educacional de, segundo a UNESCO, 1.198.530.172 estudantes, 68,5% do total de estudantes matriculados, uma vez que 153 países aderiram ao fechamento das escolas como ação para combater a propagação da Covid-19. Nesse panorama, os governos em parceria com agências

multilaterais reuniram-se para traçarem estratégias que atuassem diretamente no cenário educacional a fim de evitar tantos prejuízos. A UNESCO (2020) buscando reduzir as consequências da suspensão das aulas propôs que os países mantivessem seus calendários escolares em andamento a partir da educação remota, com especial ênfase para as populações mais vulneráveis e desfavorecidas.

Os sistemas de ensino foram se ajustando dentro dos limites das orientações das agências multilaterais e dos governos, no Brasil, em especial, essas orientações foram protagonizadas pelas secretarias estaduais e municipais, visto a conjuntura política que estamos vivenciando e a ausência proativa do Ministério da Educação (MEC), uma vez que a implantação do modelo de ensino remoto, do modo como foi denotado, não foi unanimidade entre os Estados nacionais. Todavia, os que aderiram este formato migraram suas aulas presenciais para a forma On-line, de acordo com a reportagem do jornal *The Economist* (2020), China e Coreia do Sul estão com as escolas fechadas desde janeiro. Até setembro não há previsão de retorno das aulas presenciais em Portugal e nem no Estado subnacional da Califórnia. Concernente aos exames nacionais, a China adiou o exame *Leaving Certificate* (gaokao). Grã-Bretanha e França cancelaram seus exames de 2020.

O público e o privado e a emergência da mercoaprendizagem

O fenômeno da globalização afeta diretamente o modus operandi das instituições republicanas, sobretudo as educacionais. No interior dessa racionalidade destaca-se a economia do conhecimento (AFONSO, 2015; OLSSSEN; PETERS, 2015; JARVIS, 2000). Esse conceito torna exequível evocar um tipo de sociedade que respalde e legitime a aprovação de políticas e a “definição de orientações económicas e empresariais ou a indução de práticas sociais e educacionais direcionadas para atender o que se consideram, em termos genéricos, as [...] exigências do capitalismo (AFONSO, 2015, p. 270).

Desse modo, o capital se encontra em uma situação penosa, enveredando assim, na busca por outras áreas, para que possa efetuar sua extração de mais-valia e de excedente-valor. Neste cenário, a educação surge como setor estratégico para o capital, pois o financiamento público-estatal configura-se como uma sedutora fonte para ser absorvida. Sob essa perspectiva, entendemos que é inconcebível pensar em uma transformação no quadro social, tendo em vista que as práticas educacionais presentes na sociedade não conseguem ultrapassar as barreiras impostas pelo sistema econômico. A educação é um complexo ideológico que deveria auxiliar na ruptura dos grilhões criados pelo capital, contudo, modo

social vigente ‘é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente *incorrigível*’ (MESZÁROS, 2008, p.27). Visto que a educação é um complexo da superestrutura do capitalismo que contribui para a reprodução do seu *modus operandi*.

De acordo com a pesquisa de Verger et al. (2017 *apud* RIKOWSKI, 2017), o mercado educacional global, em 2015, possuiu o valor de US \$4,9 trilhões (USD). Acrescentamos a isso o investimento aproximado de US \$2 bilhões em capital de risco em educação, em 2014, o que evidencia um crescimento no investimento da ordem dos 45% no período da Grande Depressão de 2009 a 2014. Esse cenário global da educação, portanto, evidencia a fonte dos interesses dos setores empresariais, estimulando, dessa maneira, a *mercadificação* da educação.

Temos que com a necessidade de instruir minimamente os trabalhadores, os bancos escolares que até a década de 1970 no Brasil eram ocupados em sua maioria pela burguesia, passam a receber o proletariado. O Estado que antes fornecia educação para uma parcela mínima e abastada, precisou suprir as carências educacionais dos filhos da classe trabalhadora, e com isso, o nível de ensino das escolas públicas caíram, isso porque, não era interessante para o capitalismo que a maioria da população se conscientizasse. O Estado, comandado por uma parcela mínima da população, entende que dar conhecimento para o povo, põe em perigo tudo que a burguesia usurpou historicamente. Todavia, é necessário falsificar o que é fornecido diretamente pelo Estado, e no ato de ludibriar os trabalhadores, aqueles que estão no poder pretendem ganhar a gratidão daqueles que exploram, alegando que sem eles (os detentores dos meios de produção), todos sucumbiriam a miséria. Na verdade, o que se esconde em benevolência são os lucros - diretamente por meio do trabalho explorado, ou, indiretamente através de *marketing social* dos serviços prestados sob forma de caridade aos trabalhadores, que retornam posteriormente ao capitalista sob forma de novo capital.

Inevitavelmente, os primeiros passos de uma grande transformação social na nossa época envolvem a necessidade de manter sob controle o estado político hostil que se opõe, e pela sua própria natureza deve se opor, a qualquer ideia de uma reestruturação mais ampla da sociedade. Neste sentido, a *negação radical* de toda estrutura de comando político do sistema estabelecido deve afirmar-se, na sua inevitável negatividade predominante, na *fase inicial* da transformação a que se vise. Mas, mesmo nessa fase, e na verdade antes da conquista do poder político, a negação necessária só é adequada para o papel assumido se for orientada efetivamente pelo *alvo global* da transformação social visada, como a *bússola* de toda a caminhada. Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à "legitimação constitucional democrática" do Estado

capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também essa "contrainternalização" (ou contraconsciência") exige a antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente, de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, que vai muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder de tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente (MÉSZÁROS, 2005, p. 61).

Diante da necessidade exposta de fortalecer laços promotores da “exclusão includente”, o capitalismo, sob a figura do Estado, busca atribuir a responsabilidade aos indivíduos pela ascensão ou declínio dos mesmos. O empreendedorismo é a palavra e a ação que move a atual sociedade, tendo em vista a busca constante por estratégias que possibilitem a estabilidade ou o progresso dos homens na atual conjuntura. Perante a responsabilidade direcionada a educação e a formação continuada, mesmo que precária e aligeirada, a dinâmica da “empresa escola” traça metas e propostas para resposta aos anseios mercadológicos, barganhando força de trabalho e ao mesmo tempo, que esses profissionais sejam eficientes dentro das limitações que lhes são impostas. O segredo para um salto positivo na pirâmide social ou manutenção no topo desta, está em *aprender para ser competitivo*, e comparando a competição entre trabalhador e burguês, ganha o burguês, que terá vantagem pela exploração da força de trabalho barata e qualificada

Nesta sociedade regida pelo Capital, a lógica da educação é a lógica do mercado. Sob essa lógica, os indivíduos devem ser preparados para a flexibilização das relações de trabalho e para a adaptação a tudo o que é imposto, além de garantirem um emprego para si. Nesse tipo de sociabilidade, a educação – que tem a função de mediar a consciência dos homens visando a sua reprodução – é um mecanismo poderoso no processo de reprodução das relações sociais alienadas. [...] Por isso, a educação é posta hoje como um mecanismo que pretende calar a voz e impedir as ações dos indivíduos em direção a uma mudança radical na sociedade (BRAGA *et al.*, 2010, p. 7).

O setor financeiro constituiu uma complexa teia de processos de privatização da educação. No Brasil essa configuração está alinhada às orientações das agências multilaterais, assim como sua particularidade capitalista dependente que reflete na inflexão do Estado nacional aos países centrais. A partir da década de 1980, com a retomada da expansão econômica global, ajustes estruturais foram empreendidos nos Estados nacionais buscando ascender a rentabilidade financeira. Com efeito, essa processualidade estimulou uma atuação atrofiada do Estado atinente à garantia de direitos e, conseqüentemente, engendrou-se maior vinculação estatal com o mercado. A maior vinculação da esfera pública-estatal com o mercado viabilizou a criação de uma miríade de políticas para diluir os limites entre o público

e o privado, todavia essas políticas não são imparciais, não surgiram do nada, e carregam consigo orientações calcadas na globalização. A lógica da criação de políticas calcadas no fenômeno da globalização é explicitada por Ball (2001, p. 102):

A criação das políticas nacionais é, inevitavelmente, um processo de “bricolagem”; um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de ideias de outros complexos, de uso e melhor das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e moedas, e por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar. A maior parte das políticas são frágeis, produtos de acordos, algo que pode ou não funcionar; elas são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de influências, produção e disseminação de textos e, em última análise, recriadas nos contextos da prática. [...] Estes campos constituem-se de forma diferente em distintas sociedades. Em resumo, as políticas nacionais necessitam ser compreendidas como o produto de umnexo de influências e interdependências que resultam numa “interconexão, multiplexidade, e hibridização” [...], isto é, “a combinação de lógicas globais, distantes e locais”.

No cenário global, as políticas educacionais estão sofrendo intervenções, numa escala crescente de novos atores – muitos dos quais vinculados ao setor privado – implicando numa nova morfologia educacional em que a oportunidade do lucro esteja em pauta (BALL, 2018). Nessas circunstâncias, a mercadificação da educação não se trata de uma abstração. Para Peroni, Caetano e Lima (2017, p. 427), os limites entre o público e o privado “têm se modificado neste período de crise do capitalismo, em que as suas estratégias de superação – neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via – redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais”.

Nessa acepção, Leyshon e Thrift (2007) consideram que nos últimos 30 anos uma das histórias financeiras mais persistentes tem sido a procura por um rendimento confiável que possa ser expandido. Decerto, o setor da educação é estratégico porquanto configura-se como uma tendência emergencial. Ball (2018, p. 2) assevera que a “relação do Estado com provedores privados de serviços educacionais é agora comumente articulada pela lógica de mercado, dentro da qual o Estado se torna um criador de mercados, contratante e monitorador”, ao passo que “o setor privado e outros provedores assumem cada vez mais o trabalho prático do governo, no sentido imediato e mundano”.

Não obstante atores privados e corporativos estejam envolvidos na educação básica global desde o século XIX (CARNOY, 1975; MOELLER, 2020), nas últimas décadas obtiveram mais influência e poder – em decorrência da processualidade do capital financeiro – na definição de diretrizes e políticas educacionais em escala mundial. É lícito considerar que

a educação, durante esse período, contribuiu significativamente para a expansão dos lucros corporativos e ampliação do mercado através de processos de privatizações exógenas (BALL; YOUDELL, 2007). “Esse alcance expandido de atores privados ocorreu no contexto e como consequência da reversão do investimento estatal e do aumento de ataques ideológicos à educação pública em diversos contextos globais” (MOELLER, 2020, p. 1).

Desta maneira, opera-se, de tal modo, uma verdadeira metamorfose na educação, aprofundando o mercado da aprendizagem, em decorrência da venda de serviços que constituem a formação profissional e a formação em serviço para os professores da educação básica, como a atuação da Fundação Lemman e o Instituto Ayrton Senna. Esta lógica “se amplia num âmbito cada vez mais vasto e transnacional, com a criação de [...] seus sistemas de tutoria apoiados pelas tecnologias da informação e comunicação” (AFONSO, 2015, p. 280). Portanto, aquilo que convencionamos chamar por “mercoaprendizagem”, diz respeito à forma contemporânea e tendencial da manifestação da educação como mercadoria.

O investimento feito pela filantropia empresarial no campo da educação está respaldado em um projeto dito humanitário, mas que de fato tem como “último motivo que determina o possuidor de um capital a aplicá-lo, seja na agricultura ou na manufatura ou num ramo particular do comércio em gros ou détail, é o ponto de vista do próprio lucro” (SMITH apud MARX, 2015, p.269)

É por meio do trabalho explorado que o homem consegue produzir como resposta o mais-valor. Para Marx (2013, p. 294), esse resultado corresponde à expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou seja, a exploração do trabalhador pelo capitalista. Assim, é de todo interesse para a burguesia avaliar medidas que protejam a existência do proletariado.

No Brasil, a pandemia da Covid-19 engendrou diversas implicações que afetaram e estão afetando diretamente a formação escolar, em especial da educação pública porquanto os aspectos atinentes à infraestrutura e ao corpo estudantil se diferenciam daqueles situados na educação privado-mercantil, mormente no que toca às condições objetivas das famílias atendidas pelo sistema escolar.

O ensino remoto como expressão da mercoaprendizagem das EdTechs no Brasil

O sistema escolar brasileiro se depara com uma tentativa de disseminar a ideia que as escolas de educação básica e universidades estão funcionando normalmente através do ensino remoto, com o subterfúgio do prosseguimento do calendário escolar e acadêmico no país. No

dia 28 de abril de 2020 o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou diretrizes para escolas da educação básica e instituições de educação superior durante a pandemia do COVID-19. Os apontamentos para educação básica e superior, em síntese, propõem aproximação virtual dos professores com as famílias, atividades não presenciais que utilizem a família como mediadora, supervisão de um adulto familiar no sentido de acompanhamento durante os estudos on-line, além da utilização de vídeos educativos. Concernente ao ensino remoto, a Conselheira do CNE, Maria Helena Guimarães de Castro, entende essa modalidade de ensino como um conjunto de práticas diversificadas de ensino-aprendizagem que contemplam ensino on-line, vídeo-aulas, atividades enviadas aos estudantes e leitura de livros (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Nessa acepção, é lícito considerar que desde a década de 1990 agências multilaterais como o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a UNESCO propõem a Educação a Distância (EaD) para ampliação da educação nos países periféricos. Com a pandemia do COVID-19, o que antes era ameaça mais explícita nos bancos das instituições de ensino superior, passa a fazer parte da educação básica, que também é afetada e ganha uma nova cara com o ensino emergencial remoto.

Em acréscimo, estas agências multilaterais buscam disseminar um modelo de educação e de instituição escolar advogado pelo capital, a rigor, um modelo orientado na agenda empresarial em que a formação seja baseada em competências e tenha como objetivo a formação de capital humano. Uma formação que oferece ao trabalhador uma educação em doses homeopáticas que corresponda aos interesses do capital, mas que mantenha o trabalhador alienado da sua classe e dos mecanismos de opressão a que está submetido nesta lógica.

A despeito da retórica da aflição acerca da situação educacional em decorrência do isolamento social, a defesa dos interesses das corporações educacionais e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) está na ordem do dia. A implementação de ensino híbridos, com aulas síncronas, ensino baseado em competências, tradicionais planos de estudos e exercícios de memorização para atenderem as avaliações de larga escala (GIROUX, 2018), evidenciam a necessidade de dar especial atenção nas avaliações no formato on-line, como a proposta do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) digital.

O documento do Colemarx (2020, p. 13) ressalta que há uma coalização global envolvendo setores empresariais e governos, e que esta coalizão é liderada pela UNESCO e envolve outras agências multilaterais, além de grupos empresariais como “Microsoft, Google, Facebook, Zoom, Moodel, Huawei, Tony Blair Institute for Global Change, Fundação

Telefônica e outros”. Os recursos mais utilizados no panorama educacional durante a pandemia partem dessa coalização: “Google, Google classroom, Google suíte, Google Hangout, Google Meet, Facebook, Microsoft one note, Microsoft, Google Drive/Microsoft Teams, Moodle, Zoom, Youtube”.

A utilização desses recursos de modo centralizado expressa os interesses da mercoprendizagem, visto que a financeirização da educação é aprofundada a partir da compra de pacotes de empresas de tecnologias educacionais (EdTechs) pelo setor público. Consoante Moeller (2020, p. 3), as EdTechs possuem como negócio *softwares* voltados para o desenvolvimento de competências e habilidades em dado conhecimento, até produtos que possibilitem “mudanças significativas na operação e gestão das escolas”, decorrendo, inclusive, na “contratação de serviços específicos ou escolas inteiras”. Este panorama já era operado nos EUA através de *Educational Management Organizations* (EMOs) – Organizações de Gerenciamento Educacional – com finalidade de lucro que desenvolvem e/ou administram escolas. Exemplos de EMOs que melhor caracterizam este cenário são: *Edison Learning Inc.*, que administra escolas públicas charter, e a *Electronic Classroom of Tomorrow*, que se configurava como uma escola on-line. Em acréscimo, existem EdTechs, como a Pearson, que comercializam pacotes educacionais como currículos, programas pedagógicos, serviços de avaliações e desenvolvimento profissional, malgrado se tratem de empresas com fins lucrativos, são financiados pelo setor público a partir de operações financeiras (KOYAMA, 2010).

As EdTechs constituem um campo de corporação multibilionária, e atores corporativos como Google, Microsoft e Apple estão no epicentro. Moeller (2020, p. 6) assevera que “Google, Microsoft e Apple estão lutando pelo domínio nas salas de aula. Todos querem que seus dispositivos estejam nas mãos da próxima geração de consumidores”. É um nicho mercadológico valioso para ser dominado. A rigor, como empresa, as EdTechs, em 2019, atingiram um valor de US \$ 43 bilhões, sendo que aproximadamente metade deste valor está na educação básica.

Com efeito, se olharmos para a movimentação das ações no período de quinze de abril a quatorze de maio na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) verificamos uma queda nas ações das duas maiores *holdings* S/A do setor da educação, a Cogna Educacional (COGN3 -24,18) e a YDUQS (YDUQ3 -20,52%), todavia, três das empresas que fornecem os recursos educacionais para operacionalizar o ensino remoto no período pandêmico, obtiveram valorização de suas ações. Consoante o índice NASDAQ, a empresa *Zoom Video*

Communications (ZM 10,79%), *Alphabet Inc.* (GOOGL 7,92%) e *Microsoft* (MSFT 5,03%) expressam essa valorização de capital.

Nesse sentido, constata-se o cenário de continuidade no aprofundamento da financeirização da educação, contudo, desviando a ênfase das transações, isto é, outrora concentrava-se nas instituições, passando-se a enfatizar nos recursos tecnológicos. Esse fenômeno decorre em severas implicações na formação dos sujeitos, no trabalho pedagógico e no acesso e permanência na educação. O ensino migrou das salas de aula para os aplicativos de videoconferências.

Com a migração no formato das aulas, dos processos de formação e das formas de interação, os professores tiveram que reorganizar o trabalho pedagógico atropelando o Projeto Político Pedagógico da escola, com isso, descaracterizando os objetivos de formação. Vale ressaltar que boa parte dos professores não possuem capacitação e domínio das EdTechs que estão sendo utilizadas para mediar o processo de ensino-aprendizagem. No limite, o acesso e a permanência é outro problema gritante no Brasil, considerando que há um poço entre escolas públicas e escolas privadas, constituindo um verdadeiro *apartheid* educacional., Além disso, em estudo recente do Observatório Social da Covid-19 do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich-UFMG), expõe que 20% dos domicílios brasileiros não estão conectados à internet, não sendo exequível o acesso, por parte dos alunos aos materiais de ensino a distância disponibilizados nos portais por diversas escolas públicas do ensino fundamental e médio (COLEMARX, 2020). Esse cenário caracteriza-se com o que Leher (2020) denomina por Darwinismo Social, porquanto existe uma hierarquia de raças, culturas e naturezas humanas. A defesa pelo arrefecimento dos direitos sociais, e a compreensão do mercado como *lócus* da seleção natural implica para os que forem selecionados negativamente, sua sucumbência como efeito colateral da lei dos mais fortes.

À guisa de conclusão

Considerando as diretrizes do CNE, não há nada que indique como será o futuro do desconfinamento da educação básica. Os setores privados-mercantis apontam para o crescimento das tecnologias educacionais, visto que no Brasil consta um crescimento com mais de 400 EdTechs. Em *live* do dia 13 de maio organizada pelo projeto *Brazil at Silicon Valley*, debateu-se o tema: *EdTech & Philanthropy: we will start soon*. Participaram da *live*, Jorge Paulo Lemman da Fundação Lemman e Sal Kahn da Khan Academy. Os apontamentos

foram que a partir da Covid-19 governos e instituições conscientizem-se que a educação digital deve ser central e que no futuro haverá instituições de ensino em nuvem, e que os professores precisarão dominar muitas *soft skills* para atuar nessa nova realidade educacional.

Os estudantes das escolas públicas que não possuírem condições para estudar, seja pela falta de estrutura em sua casa ou pela falta de recursos como computadores, notebooks, smartphones e internet serão deixados para trás. Diante disso, é válido refletir sobre os diversos elogios ao modelo educacional norte-americano em que pese o programa *No Child Left Behind*. Contudo, no cenário em tela de Pandemia da Covid-19, da ascensão do ensino emergencial remoto via EdTechs, pode-se utilizar a expressão de Bastos (2018): *No Profit Left Behind – Nenhum Lucro Deixado para Trás* –, com efeito, o cenário é propício para fazer o experimento da mercoaprendizagem.

O cenário é perverso para a humanidade. A pandemia está afundando o sistema de saúde global e as finanças do sistema de metabolismo de capital. Todavia, setores empresariais vinculados a algumas esferas da educação, sobretudo da atuação de EdTechs buscam efetivar o mercado da aprendizagem de modo oportunista e sem considerar o futuro da educação pública estatal e dos alunos das camadas populares. Em decorrência disso, é necessário questionar essa lógica, buscar implementar o Sistema Nacional de Educação (SNE) apoiado pelas relações cooperativas e colaborativas entre os entes federados, buscando assim uma educação pública, de qualidade, em que os recursos tecnológicos suplementem o currículo, o trabalho pedagógico e a formação, e que os interesses de lucro sejam elididos para que a educação pública estatal (gratuita) possa atender aos anseios da sociedade no cenário pós-pandêmico.

AGRADECIMENTOS: agradecemos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. A educação superior na economia do conhecimento, a subalternização das ciências sociais e humanas e a formação de professores. *Avaliação*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 269-291, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/vrG75gLqkvVcHJvdWsFDmwp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2021.

BALL, S. J. Política educacional global: reforma e lucro. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa**, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12671>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

BALL, S. J.; YOUDELL, D. **Hidden privatisation in public education**. Education International, 2007.

BASTOS, R. M. B. **No profit left behind**: os efeitos da economia política global sobre a educação básica pública. Fortaleza: Nova Civilização, 2018.

BRAGA, S.; *et al.* **O caráter ontológico da educação como instrumento de superação da alienação: notas introdutórias**. In: ENCONTRO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO, 1., 2010, Anais [...]. Fortaleza: Semana de Humanidades, 2010.

CARNOY, M. **Schooling in a corporate society**: The political economy of education in America. McKay, 1975.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. 2020. Disponível em: <http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

GIROUX, H. A. **La guerra del neoliberalismo contra la educación superior**. Barcelona: Herder Editorial, 2018.

HALE, W.; PETHERICK, P. COVID-19: Government Response Stringency. **Our World in Data**, 2020, Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/covid-stringency-index?year=2020-05-08&country=BRA>. Acesso em: 10 maio 2021.

JARVIS, P. Globalização e mercado da aprendizagem. In: LIMA, L. C. (org.). **Educação de adultos**. Fórum III. Braga: Universidade do Minho/UEA, 2000. p. 29-41.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Coronavirus resource center**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/>. Acesso em: 23 mai. 2020.

KOYAMA, J. **Making failure pay**: for-profit tutoring, high-stakes testing, and public schools. University of Chicago Press, 2010.

LEHER, R. Darwinismo social, epidemia e fim da quarentena: notas sobre os dilemas imediatos. **Carta Maior**, 29 de março, 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Darwinismo-social-epidemia-e-fim-da-quarentena-notas-sobre-os-dilemas-imediatos/4/46972>. Acesso em: 16 maio 2020.

LEYSHON, A.; THRIFT, N. The capitalization of almost everything: the future of finance and capitalism. **Theory Culture and Society**, v. 24, n. 7-8, p. 97-115, 2007.

LIMA, C. M. A. O. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiol. Bras.**, v. 2, n. 6, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rb/a/MsJJz6qXfjpkXg6qVj4Hfj/?lang=en>. Acesso em: 18 maio 2021.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital; tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosófico de 1844**. Tradução [de] José Paulo Netto e Maria Antônio Pacheco. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. 3. ed revista. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOELLER, K. Accounting for the corporate: na analytic framework for understanding corporations in education. **Educational Researcher**, v. 20, n. 10, p. 1-9, 2020.

OLSSSEN, M.; PETERS, M. A. Neoliberalism, higher-education and the knowledge economy: from the free Market to knowledge capitalism. **Journal of Education Policy**, Londres, v. 20, n. 3, p. 313-345, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02680930500108718>. Acesso em: 27 mai. 2021.

PERONI, V; CAETANO, M. R.; LIMA, P. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793>. Acesso em: 04 jun. 2021.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadorias. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810>. Acesso em: 25 mai. 2021.

THE ECONOMIST. The kids are not all right - When easing lockdowns, governments should open schools first. **The Economist Today** – publicado: 30/04/2020, 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2020/04/30/when-easing-lockdowns-governments-should-open-schools-first>. Acesso em: 25 maio 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação na Pandemia: Diretrizes para o aproveitamento do horário letivo pós-pandemia está quase pronto, diz CNE. **Todos pela Educação**, 14 abr. 2020. Disponível em: https://www.tospelaeducacao.org.br/conteudo/Educacao-na-Pandemia-Diretrizes-para-o-aproveitamento-do-horario-letivo-pos-pandemia-esta-quase-pronto_-diz-CNE. Acesso em: 14 maio 2021.

UNESCO. **Suspensão das aulas e resposta à COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 24 mai. 2021.

VAN DOREMALEN, N. et al. Aerosol and surface stability of Sars-CoV-2 as compared with sars-cov-1. **New Eng J Med.**, v. 17, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/pdf/10.1056/NEJMc2004973?articleTools=true>. Acesso em: 16 mai. 2021.

Como referenciar este artigo

DE PAULA, A. S. N.; OLIVEIRA, C. M.; ARAÚJO, S. B. A Mercoaprendizagem das EdTechs na Educação Brasileira a partir dos Impactos da Pandemia da Covid-19. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, e022001, jan./dez. 2022. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.15230>

Submetido em: 02/11/2021

Revisões requeridas em: 04/12/2021

Aprovado em: 09/02/2022

Publicado em: 31/03/2022